

# Descrição e prescrição: sobre os usos gráficos e a ortografia em sincronias passadas

Description and prescription: about graphical uses and orthography in past synchronies

Maria Hozanete Alves de Lima<sup>1</sup> 

Felipe Moraes de Melo<sup>2</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-mail: hozanetelima@gmail.com; felipemoraism@yahoo.com.br

## Editores-chefes

Marcus Dores  
Célia Lopes

## Editores convidados

Huda Santiago  
Pedro Daniel Souza

## Dossiê

Diálogos entre a  
Sócio-História do  
Português e a História  
Social da Cultura Escrita

Recebido: 30/10/2022

Aceito: 16/08/2023

## Como citar:

LIMA, Maria Hozanete Alves de; MELO, Felipe Moraes de. Descrição e prescrição: sobre os usos gráficos e a ortografia em sincronias passadas. Revista LaborHistórico, v.9, n.2, e55278, 2023. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v9i2.55278>

## RESUMO

A descrição dos usos gráficos e a prescrição ortográfica são dois motores que atravessam a pleno funcionamento toda a história da língua portuguesa, a datar do século XVI, com as primeiras obras metaortográficas, até os dias de hoje, com as pesquisas linguísticas ou a escola, por exemplo. São eles os propulsores deste trabalho, cujo objetivo é levantar uma reflexão, através de um repasse historiográfico, a respeito da presença dos tratados e tratadistas nas investigações de Grafemática Histórica voltadas para o português brasileiro (PB) de maneira a problematizar a contribuição dessas fontes para entender a engrenagem da língua escrita e da ortografia em sincronias passadas, sobretudo no Brasil. Para tanto, percorrem-se três etapas, cada qual fundamentada majoritariamente nas premissas e ideias de um autor ligado aos estudos diacrônicos: 1<sup>a</sup>. um inventário de algumas pesquisas nacionais relacionadas ao PB na área da Grafemática Histórica, à luz de Ramírez Luengo (2012); 2<sup>a</sup>. uma apresentação do intrincado cenário histórico, no mundo lusófono, tanto das ideias ortográficas, com aporte central em Gonçalves (2013), quanto da sociedade brasileira; e 3<sup>a</sup>. uma reflexão, nas trilhas provocadas por Moraes de Melo (2018), acerca das pesquisas grafemáticas de orientação diacrônica voltadas ao PB em

face do complexo quadro metaortográfico e extralinguístico exposto. O trabalho identifica uma prevalência do uso de tratadistas nas pesquisas em apreço e constata, nas veredas lusófonas, não só uma peculiar e bastante acentuada profusão de ideias ortográficas mas também uma realidade de bastante penúria social e educacional no Brasil. Do cruzamento desses resultados, repensa o papel dos tratadistas nos estudos da língua escrita em perspectiva diacrônica dirigidos ao PB.

### Palavras-chave

Grafemática Histórica. Ideias ortográficas. Tratadistas. Língua escrita.

### ABSTRACT

The description of graphical uses and the orthographic prescription are two activities that permeate the entire history of the Portuguese language, dating from the 16th century, with the first meta-orthographic works, to the present day, manifesting in domains such as linguistic research and educational institutions. Both these practices are crucial to this study, whose objective is to raise a reflection, through a historiographical review, regarding the presence of treatises and their author in the investigations of historical graphemics particularly focused on Brazilian Portuguese (BP). The aim is to critically examine the contribution of these sources in elucidating the mechanics of written language and spelling during past synchronies, with a particular emphasis on the Brazilian context. To this end, three steps are taken, each based mainly on the assumptions and ideas of an author related to diachronic studies: firstly, starting from Ramírez Luengo (2012), an inventory is compiled of some Brazilian research linked to BP within the sphere of historical graphemics; secondly, attention shifts to the intricate historical scenario in the Portuguese-speaking world, encompassing orthographic ideas based on a pivotal exposition by Gonçalves (2013), along with insights into Brazilian society; and thirdly, prompted by Morais de Melo (2018), a reflection ensues into diachronic-oriented graphemic research focused on BP within the complex meta-orthographic and extralinguistic framework previously described. The study identifies a prevailing reliance on treatises in the examined research and uncovers, in Portuguese-speaking trajectories, not only a peculiar and quite accentuated profusion of orthographic ideas but also a reality characterized by significant social and educational disparities in Brazil. From the convergence of these findings, there arises a reevaluation of the role undertaken by treatise writers in studies of written language from a historical perspective directed at BP.

### Keywords

Historical Graphemics. Orthographic ideas. Treatise writers. Written language.

## Considerações iniciais

A escrita está no fundamento das ciências humanas, afirma Higounet (2003). E para uma disciplina que integra os estudos da linguagem, a Linguística Histórica, pode-se dizer que a escrita é sua pedra angular, posto que, sem os registros escritos que sobreviveram ao longo da história, dificilmente se faria diacronia das línguas. Se, por um lado, são as fontes primárias, na definição que oferece Mattos e Silva (2006)<sup>1</sup>, o cariz gráfico mais valioso a se perseguir com vistas a escrutinar uma língua no passo do tempo, por outro, as fontes secundárias, nas quais se incluem os tratados e os tratadistas, também possuem sua importância incontestada, pois fornecem, em larga medida, informações que nos dão acesso à descrição de um estado de língua, mas também aos desejos de sua prescrição (ou normatização). Aplicando essa bipartição ao campo de interesse deste trabalho, a Grafemática, as fontes primárias referidas no curso deste artigo são primordialmente manuscritos lavrados em português brasileiro – não entraremos aqui na separação entre português *no* Brasil e português *do* Brasil aventada por Barbosa (2002) – e as secundárias, obras metaortográficas.

Nosso estudo se distribui em três momentos específicos. Na primeira seção, faremos uma descrição de algumas pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro que analisam manuscritos de sincronias passadas com foco nas questões de natureza gráfica a fim de verificar se e como as fontes secundárias são usadas. Na segunda seção, apresentamos um painel histórico do mundo lusófono em duas vias: a que sonda, por amostragens e à luz de Gonçalves (2003), suas ideias ortográficas; e a que resgata alguns dados alusivos à sociedade no Brasil. Na terceira parte, por fim, unem-se as pontas lançadas nas duas primeiras seções de maneira a propor reflexões concernentes ao uso dessas fontes secundárias para a compreensão da língua escrita tendo em vista os meandros metaortográficos e sociais que atravessam a língua portuguesa no eixo diacrônico.

---

<sup>1</sup> A autora, tratando do português arcaico e considerando os meios para bem entendê-lo, explica que se pode chegar a essa fase do português a partir de dois tipos de fontes: as primárias e as secundárias. A primeira forma de acesso, a mais cara e imprescindível para o (re)conhecimento da engrenagem da língua em fases pretéritas, se dá “pela leitura da documentação escrita remanescente, quer pelos próprios manuscritos existentes, quer pela intermediação de edições de vários tipos” (Mattos e Silva, 2006, p. 33). Já as fontes secundárias são representadas pelas “reflexões de gramáticos ou de outros tipos de textos que transpareçam comentários sobre os usos linguísticos do período que se estuda” (Mattos e Silva, 2006, p. 43), num rol que inclui edições de textos, glossários, gramáticas, dicionários, manuais.

## A (orto)grafia de sincronias passadas e os tratados ortográficos

Ramírez Luengo (2012, p. 168-9) defende que sempre houve “uma convivência de distintos conjuntos de soluções gráficas socialmente aceitos” em momentos concretos da língua, estando essas soluções e ou tendências gráficas no centro do processo de standardização da ortografia. Apesar do que tradicionalmente se alega, essas soluções engendraram não um estado de confusão/caos, mas uma série de preferências/tendências gráficas que se delinearam durante a formação da língua.

No primeiro trabalho em que se coloca na lavra investigativa dos usos gráficos, Ramírez Luengo (2012) esclarece que apenas fará uma descrição dos usos gráficos, não estabelecendo nenhuma sorte de cotejo com os ensinamentos contidos nos tratados da época. Não obstante, reconhece a importância desse paralelo:

na presente análise, pretende-se unicamente descrever os usos gráficos que aparecem no corpus selecionado, de maneira que os resultados extraídos dele não vão ser colocados em relação com os usos prescritos pelos ortógrafos da época, apesar do interesse evidente que tal comparação pode ter para compreender melhor o porquê do emprego de alguns dos elementos presentes no corpus (Ramírez Luengo, 2012, p. 169, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Acaba, contudo, executando esse confronto três anos depois, em seu interessantíssimo artigo sobre “a morte” do <ç> no espanhol, no qual, a par da descrição dos usos desse grafema em textos bolivianos e espanhóis do século XVI ao XVIII, levanta “a relação que se pode estabelecer entre tal decadência [do uso do grafema <ç>] por escrito e as regras propostas pelos preceptores e pela Real Academia Espanhola a esse respeito” (Ramírez Luengo, 2015b)<sup>3</sup>.

O que tinha sido apenas comentado em Ramírez Luengo (2012) e só viria a ser efetuado em um artigo posterior (Ramírez Luengo, 2015b) parece corresponder ao que acontece, de maneira mais produtiva, no contexto brasileiro nas pesquisas relacionadas ao que intitulamos *Grafemática Histórica*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> No original: “en el presente análisis se pretende únicamente describir los usos gráficos que aparecen en el corpus seleccionado, de manera que los resultados extraídos de él no se van a poner en relación con los usos prescritos por los ortógrafos de la época, a pesar del interés evidente que tal comparación puede tener para comprender mejor el porqué del empleo de algunos de los elementos presentes en el corpus”.

<sup>3</sup> No original: “la relación que puede ser establecida entre tal decadencia [do uso do grafema <ç>] en la escritura y las normas que proponen los preceptistas y la Real Academia Española al respecto”.

<sup>4</sup> Tomamos o termo *Grafemática* do livro *Estudios de Grafemática en el dominio hispánico* (Blecua; Gutiérrez; Sala, 1998) e o empregamos, na linha de Catach (1989), para designar o estudo dos

Santiago-Almeida (2003), por exemplo, analisando dez manuscritos da primeira metade do século XVIII relativos ao projeto Filologia Bandeirante, recorre, no que toca a obras metaortográficas contemporâneas dos textos em exame, à *Grammatica philosophica e orthographia racional da língua portuguesa*, escrita por Bernardo de Lima e Melo Bacellar, de 1783. O autor também lança mãos de tratados quinhentistas, quais sejam, a *Grammatica da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, de 1536; a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros, escrita em 1540; e a *Ortografia e origem da língua portuguesa*, da autoria de Duarte Nunes de Leão, impressa por primeira vez em 1576.

Assalim (2007), por sua vez, utiliza três gramáticas bem como tratados de ortografia produzidos no século XVII para estudar a conservação de marcas gramaticais arcaicas em manuscritos e impressos seiscentistas brasileiros. Neste trecho, a autora especifica quais são esses manuais:

Das gramáticas e tratados de ortografia do século XVII, neste trabalho serão utilizadas reproduções fac-similares das *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia*, de 1666, de autoria de Bento Pereira (1606-1681), da *Ortografia e modo para escrever certo na língua portuguesa*, de 1631, cujo autor é Álvaro Ferreira de Vera (?/1677) e da *Ortografia da Língua Portuguesa*, de 1671, de autoria de Ioam Franco Barretto (1600/1674) (Assalim, 2007, p. 40, grifos do autor).

Monte (2007) se vale de três ortógrafos dos setecentos a fim de avaliar o uso das sibilantes em documentos da segunda metade do século XVIII preservados no Arquivo Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Neste excerto, discriminam-se os autores:

Procura-se verificar se as ortografias publicadas no século XVIII ditavam regras coerentes sobre a correta forma de representar as sibilantes. Foram selecionados três ortógrafos da época: Jeronymo Contador de Argote (1725), Madureira Feijó (1734) e Caetano de Lima (1736) (Monte, 2007, p. 361).

---

signos gráficos – ou seja, da dimensão escrita da língua, ou, para usar a expressão de Vachek (1989), da “língua escrita” [written language] – no domínio da Linguística. Contreras (1994), que chama essa ciência de Grafêmica, traça suas áreas de atuação, dentre as quais estão as unidades grafemáticas, sua estrutura, oposições e frequência. Essa agenda de estudos, sendo aplicada à diacronia da língua, daria o que Elizacín, Malcouri e Coll (1998) denominam de Grafemática Histórica. Vide a esse respeito a tese de Moraes de Melo (2018), sobretudo a seção 7.2.3, intitulada exatamente com o nome dessa disciplina.

Toniolo (2007) concentra-se mormente em três obras setecentistas com o intuito de proceder a uma análise grafemática e ortográfica de textos oficiais escritos na Vila de Castro (Paraná) no final do século XVIII e início do século XIX. São elas a *Orthographia da lingua portugueza*, de Luis Caetano de Lima, datada de 1736; a *Arte da grammatica da lingua portugueza, composta e offerecida ao Illmo. e Exmo. Senhor Sebastião José Carvalho*, da autoria de António José dos Reis Lobato, produzida em 1770; e a *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excelentissimo Duque de Lafuens*, escrito por João de Moraes Madureira Feijó em 1739 (cf. Toniolo, 2007, p. 17). Percebemos que o autor recorre a duas das três obras com que lida Monte (2007).

Vemos, em Silva (2009), a presença das ideias do português Madureira Feijó, cuja *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* sai em 1734, nas ponderações sobre os usos gráficos detectados nas cartas de leitor escritas entre 1827 e 1873.

Já em Souza (2011) e Fachin (2011), observamos que ambos utilizam uma vasta gama de ortógrafos resenhados por estudos de ordem historiográfica, além de verificarem dados provenientes de manuais linguístico-filológicos, a exemplo de gramáticas históricas. Todavia, enquanto Fachin (2011) estabelece, às vezes, relação entre as informações localizadas nessas referências e os resultados obtidos em seus dados (documentos da esfera administrativa escritos no Brasil setecentista), focando-se, portanto, nos ortógrafos do século XVIII; Souza (2011) decide somente justapor os resultados alcançados à exposição da matéria lida nas obra de consulta e percorre, apesar de examinar textos diversos atinentes ao Maranhão produzidos unicamente no século XIX, obras metaortográficas de vários séculos numa proporção equivalente.

A abordagem que esses autores fazem dos tratadistas – para concentrarmos apenas neles – é variada: desde usos em que o tom parece, às vezes, sugerir que são os tratadistas o motor por trás dos usos gráficos, de modo que usos “destoantes” são interpretados como uma violação da suposta fonte motivadora, passando pelos que montam contrapontos mais moderados até os que não travam nenhum ponto de contato entre eles, justapondo-os simplesmente.

## O mundo lusófono: veredas plurais

O mundo lusófono sempre se viu, desde as primícias das obras metalinguísticas no século XVI, numa esfera de veredas plurais, que se foram multiplicando profusamente com o passar dos séculos, numa dinâmica peculiar dentro da Península Ibérica. Isso porque, já no século XVIII, a Espanha cria um agente nacional, a Real Academia Española (ERA), que acarreta um movimento centrípeta nos usos linguísticos e cujo impacto normatizador foi se disseminando paulatinamente e ganhando cada vez mais força com o passar dos anos. Já em Portugal, numa direção diametralmente oposta (o movimento agora é centrífugo), é a partir do século XVIII que avultam as propostas

ortográficas. No Brasil, então, – que, além de ir na esteira de sua metrópole, ainda contava com uma construção social marcada pela penúria e exploração – a ideiação de um modelo ortográfico unificador não estava sequer no horizonte das práticas de escrita, diluindo-se sobremaneira qualquer intento de estabelecer, aqui na América, uma agência de standardização linguística.

Os países de língua portuguesa só encontrariam um paralelo à RAE mais de 150 anos depois, com Gonçalves Viana. Não à toa, os únicos paralelos em português que Morais de Melo (2018, p. 64-94), em sua tese de doutorado, encontra – na recensão que faz de diversas obras de filólogos, tratadistas e linguistas de língua portuguesa em busca da ideia de caos ortográfico – à crença, reiteradamente aludida por Ramírez Luengo (2012, 2014, 2015a), de que as publicações da RAE solucionariam incontinentemente a suposta desordem em que se encontrava a língua espanhola escrita<sup>5</sup>, estão em Chaves de Melo (1971, p. 230) e, sem rodeios, em Coutinho (1968): “Do caos em que [a arte de escrever] se debatia, veio arrancá-la Gonçalves Viana” (Coutinho, 1968, p. 71). Em ambos os autores, é à obra de 1904 de Gonçalves Viana, *Ortografia Nacional*, que se atribui esse papel solucionador que imputam, no domínio hispânico, às obras da RAE, nomeadamente, quiçá, à *Orthographía española* (1741).

É claro que houve Madureira Feijó e sua *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excelentíssimo Duque de Lafoens* (1739):

No século XVIII, aparecem os famosos ortógrafos Monte Carmelo, e Madureira Feijó. Este, a julgar do número das edições do tratado de *Orthographia*, e da quantidade de exemplares que tenho visto (quase não há livraria antiga onde não se encontre um), foi muitíssimo estudado, e até figura proverbialmente numa quintilha de Nicolau Tolentino, que assim zomba de seu mestre de gramática:

D’entre o sordido roupão,  
Com a pitada nos dedos,  
E o Madureira na mão,  
Revelava altos segredos  
Do advérbio e conjunção

(Vasconcellos, 1959, p. 206-207).

Contudo, mesmo consciente do sucesso que teve o tratado do autor transmontano, que aparece metonimicamente nos versos, dando-nos mesmo a impressão que dizer Feijó à época era como dizer Houaiss ou Aurélio hoje, não poderíamos

---

<sup>5</sup> Essa mesma crença combate-a muitos anos antes Frago Gracia (2002, p. 151), direcionando-a, contudo, à *Gramática*, de Antonio de Nebrija (1492).

considerá-lo como o eixo normatizador (como estamos considerando a RAE e a *Ortografia nacional*, de Gonçalves Viana), nem mesmo em Portugal, pois, conforme nos informa Vasconcellos (1959) supracitado, apesar de sua obra ter sido “muitíssimo estudada”, ele convivia com outro famoso ortógrafo, Monte Carmelo, e para considerá-lo como tal seria necessário um estudo aprofundado sobre a recepção da obra por toda o país peninsular.

Teve esse eixo normatizador que esperar pela aurora do século XX para surgir. Demais, o sucesso editorial e a boa recepção de obras metaortográficas e gramáticas parece não ter sido exclusividade da *Orthographia*, de Feijó, de acordo com o que lemos acerca da obra *Breve tratado da orthographia* [...], de João Pinheiro Freire da Cunha, de 1770:

[...] esta obra [a *Nova Escola para aprender a ler, escrever & contar* (1725), do tratadista brasileiro Manuel de Andrade de Figueiredo] era uma propedêutica da leitura, caligrafia, ortografia e aritmética, respondendo, portanto, às evidentes necessidades de autodidactismo, manifestadas em numerosas publicações congêneres, como se vê no *Breve Tratado* de João Pinheiro Freire da Cunha (cf. 1), que conheceu um notável trânsito editorial para a sua época, o que demonstra as insuficiências do ensino em matéria de alfabetização (Gonçalves, 2003, p. 900-901).

O que se via na língua portuguesa era, além da ausência de uma agência modelar e influenciadora para todo o território lusófono, um sortimento de propostas coabitando em todos os momentos históricos da língua portuguesa a partir de 1536 com a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira. E o que há de plural na quantidade parece haver, desde os primórdios, também na variedade das propostas, conforme podemos notar do comentário que Santiago-Almeida (2003) faz ao sondar três obras do século XVI:

Voltando dois séculos para comparar o sistema ortográfico ditado pelos gramáticos portugueses do século XVI, que tratam do assunto – Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540) e Duarte Nunes Leão (1576) –, certamente vamos concluir, como fez Louro (s.d.:20-28), que possuíamos pelo menos três ortografias distintas.

Gonçalves (2003), cuja grande obra de referência focaliza as ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó até Gonçalves Viana, cobrindo, por conseguinte, o período de 1734 (ano da primeira edição da *Orthographia*, de Feijó) a 1911 (quando foi aprovado oficialmente em Portugal o sistema ortográfico de que Viana fora o principal mentor), decide fazer um catálogo extra fora das extremas fixadas em sua empreitada, adentrando, pois, os séculos anteriores. Ela revisa os “principais autores

– gramáticos e ortografistas – que contribuíram para a criação de um corpo doutrinário sobre a ortografia” (Gonçalves, 2003, p. 789). E justifica assim a incorporação: “A adjunção deste capítulo decorre do facto de o escopo inicial [de Feijó a Viana] apenas ser compreensível à luz das tendências manifestadas nos textos precedentes” (Gonçalves, 2003, p. 789). Entre esses “principais autores” resenhados para o século XVI, ela inclui, aos três colacionados por Santiago-Almeida (2003), as *Regras que ensinam a maneira de escrever* [...], de Pêro de Magalhães e Gândavo (1574). Indo além, a autora abre a seção “Bibliografia” com o subtópico “Ortografia e gramáticos”, organizado por séculos. Só para o século quinhentista, constam nessa lista 11 autores em 21 obras, estando a maioria absoluta direcionada à língua portuguesa<sup>6</sup>. Não sabemos se essa relação esgota o filão de obras metalinguísticas, mas admiramos tal quantitativo num supostamente incipiente século XVI, que inaugura esse segmento na segunda metade de sua terceira década com Fernão de Oliveira.

À continuação, elaboramos duas tabelas, estruturadas sobre as informações contidas em Gonçalves (2003), de modo a evidenciar algumas obras que circularam em cada século, revelando, assim, a variação de tratados que concomitavam. Decidimos agrupar essas obras, no encaixo das descrições dadas pela autora, em três perfis, que denominamos de tendência simplificadora, tendência etimologizante e tendência mista. Gonçalves (2003) emprega “sistema” em vez de “tendência” e agrupa os tratados em quatro, e não três categorias. Antes de aclararmos essas divergências, reproduzimos o que a pesquisadora escreve acerca do termo “misto”, destacando em itálico uma consideração que julgamos assaz acertada e que já preludia os esclarecimentos que seguem a citação:

Designados como “sistemas mistos” os que se caracterizam pela adopção de soluções de sinal contrário, *na verdade, porém, todos os sistemas gráficos com longa tradição atestam, se bem que em proporções diferentes, uma certa “miscigenação” de princípios, características partilhadas pela maior parte dos sistemas de escrita, dos sistemas gráficos e das ortografias* (Gonçalves, 2003, p. 55, grifo nosso).

Precisamente por comungarmos inteiramente com essa visão de Gonçalves – de que qualquer sistema proposto encerra em seu fazimento e espelha em seu produto uma carga necessária de princípios amalgamados –, seletamos o termo “tendências” em vez de “proposta” ou “princípio”, por exemplo. Importa ainda esclarecer que a autora classifica os sistemas ortográficos do século XVIII em quatro tipos: etimológico, misto, filosófico e simplificado, salientando, na esteira de sua citação acima, que eles foram “genericamente identificados em função dos princípios predominantes”

---

<sup>6</sup> O repertório assimila, por exemplo, a *Arte da Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* (1595), do Padre José de Anchieta, que, como bem é sabido, se ocupa do tupi.

(Gonçalves, 2003, p. 40). Para nossa tripartição em tendências, a “tendência simplificadora” engloba duas rotulagens de Gonçalves: a de sistema filosófico, que “resulta da aplicação de uma perspectiva fonética e, por conseguinte, fonocentrista da escrita, numa tentativa de restabelecer a biunivocidade entre a oralidade e a escrita” (Gonçalves, 2003, p. 40); e a de sistema simplificado que, “norteador como o precedente [o sistema filosófico] por um espírito reformador, assenta num compromisso entre o princípio primacial, o fonético, e o princípio complementar, etimológico” (Gonçalves, 2003, p. 40).

A primeira tabela (Tabela 1) deriva da seção extra que a autora traz, com as obras anteriores à *Orthographia* (1734), de Feijó.

**Tabela 1.** Amostragem dos principais tratadistas portugueses<sup>7</sup> até 1734 segundo Gonçalves (2003).

Séculos/Tendências	Simplificadora	Etimologizante	Mista
XVI	Fernão Oliveira	Duarte Leão	Pêro de Magalhães de Gândavo João de Barros
XVII	Bento Pereira João Franco Barreto	Amado de Roboredo Álvaro Ferreira de Vera	Manuel Severim de Faria
XVIII		José de Macedo Contador de Argote Manuel de Andrade de Figueiredo	D. Rafael Bluteau

Fonte: Elaboração própria.

Com direcionamento cronológico diverso do estabelecido na tabela acima, a Tabela 2 cobre os nomes dos principais tratadistas a partir de 1734, perfazendo, logo, o interstício de interesse gizado pela autora, o qual integra o título de seu livro: “de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)”. Para o século XIX, Gonçalves identifica seis tipos de sistemas, tecendo também duas possíveis adições:

1. sistema de princípios; 2. sistema de uso, usual ou comum; 3. sistema gramatical; 4. sistema filosófico, pronunciativo, fônico, fonográfico, sônico, natural, popular; 5. sistema etimológico; 6. sistema misto. Há quem considere, ainda, a ortografia “antiga” e a “moderna” (Gonçalves, 2003, p. 268).

O enquadramento de alguns desses sistemas, como o “usual”, em uma das três tendências que idealizamos torna-se inviável, pelo que exprimiremos somente alguns poucos nomes para os quais havia uma descrição resoluta feita pela pesquisadora.

<sup>7</sup> Para uma exposição maior sobre cada obra em particular, cf. Gonçalves (2003).

Por fim, para o século XX, afora a proposta de Gonçalves Viana, que recebe um tratamento muito circunstanciado no livro, Gonçalves (2003) faz referência ainda a alguns outros projetos, dentre os quais, novamente, apartamos só alguns daqueles cuja descrição promovida pela autora licenciava com mais segurança o encaixe em nossa tabela tripartite. Esclarecidos todos esses pontos, eis a segunda tabela:

**Tabela 2.** Amostragem dos principais tratadistas português entre 1734 e 1911 segundo Gonçalves (2003).

Séculos/Tendências	Simplificadora	Etimologizante	Mista
XVIII	Luís António Verney, o autor anônimo do <i>Jornal Encyclopedico</i> Francisco de Paula de Figueiredo Pe. Teodoro de Almeida	João de Morais Madureira Feijó D. Luís Caetano de Lima Frei Luís do Monte Carmelo João Pinheiro Freire da Cunha Bernardo de Lima e Melo Bacelar	Francisco Félix Carneiro Souto-Maior Francisco Nunes Cardoso
		Joaquim José Caetano Pereira e Sousa José Jorge Paranhos da Silva	A. Luzes <sup>8</sup> Silvestre Pinheiro Ferreira

Fonte: Elaboração própria.

Para complementar um dos propósitos dessas duas tabelas, o de mostrar a variedade existente de autores de obras metalinguísticas e metaortográficas em todos os períodos da história do português, vejamos, para cada século, partindo-se do XVI, a quantidade de autores e obras (praticamente todas, vale frisar, voltadas para a língua portuguesa e com material produzido tanto em Portugal quanto no Brasil, sendo os limites temporais desta listagem os anos de 1536 e de 1960) contida no item “Ortografias e gramáticas” que abre um dos últimos capítulos do ingente trabalho de Gonçalves (2003), a “Bibliografia”. Afora os 11 autores em 21 obras incluídas no século XVI, constam, para os demais séculos: 13 autores em 26 obras no século XVII, 44 autores em 78 obras no século XVIII, 234 autores em 374 obras no século XIX e 65 autores em 94 obras para no século XX até 1960. Unem-se a essa lista, que ocupa 52 páginas de referências (Gonçalves, 2003, p. 933-984), os seguintes montantes, todos igualmente relativos à língua portuguesa: 51 autores em 63 obras de dicionários, sendo os dois mais recentes o dicionário etimológico de José Pedro Machado, publicado em 1977, e o de Antônio Geraldo da Cunha, de 1986; além de 23 manuscritos (a maioria sem data certa) sobre ortografia e gramática.

<sup>8</sup> Gonçalves (2003) não desenvolve o prenome desse autor nem no corpo de sua obra nem nas próprias referências.

Só das obras enumeradas por Gonçalves (2003) – que, embora compõem um rol bastante vasto, não acreditamos que esgotem todas as produções dessa natureza impressas ou manuscritas nesse ínterim de mais de 400 anos (1536-1960), não obstante estejamos seguros de que esse repertório que nos transmite a professora portuguesa cobre decerto as obras mais conhecidas, parecendo-nos mesmo lícito supor que percorre o grosso absoluto delas –, contabilizamos 441 autores em 679 obras. E esse número não contempla situações singulares que medravam nomeadamente da lusofonia pré-1911, como produções ficcionais que estabeleciam suas próprias convenções gráficas. É o caso, por exemplo, do romance *A mais encantadora mulher*, escrito em 1903 (isto é, 1 ano antes de Gonçalves Viana publicar sua *Ortografia Nacional*) por José Basileu Neves Gonzaga Filho (1849-1931), irmão da famosa pianista e compositora Chiquinha Gonzaga. Lima e Morais de Melo (2021) examinam esse exemplar curioso, analisando as motivações por trás das soluções gráficas que o romancista define no léxico que antecede a narrativa.

Voltando ao total calculado, deve-se reconhecer a impossibilidade de, apenas pelo cômputo (que, evidentemente, já franqueia a multiplicidade existente no que toca à quantidade de obras), se descortinar, qual corolário, também uma multiplicidade de soluções gráficas. Ainda assim, parece-nos uma ilação insuspeita sustentar a existência de uma forte heterogeneidade nas propostas oriundas dessas 679 obras, mesmo sem se aprofundar no inventário. Sobejam indícios. À guisa de ilustração, notamos, em diversas passagens, que mesmo entre autores que compartilham uma mesma tendência no contorno tripartido apresentado, há diferentes recomendações. Luís António Verney e o Pe. Teodoro de Almeida, por exemplo, ambos encaixilhados no quadrado referentes a autores do século XVIII com tendência simplificadora, veem saídas díspares para /ãw/: o primeiro propõe <am> ao passo que o segundo, <aõ>.

Ainda que participem de uma mesma diretriz, a simplificadora, segundo nossa tripartição, os dois estudiosos congregam sistemas diferentes no corte que talha Gonçalves: Verney se incorporaria ao sistema filosófico enquanto o Pe. Almeida integraria o sistema simplificado. Essa distinção, sem embargo, não afeta nem explica a preferência por <am> para o primeiro e por <aõ> para o clérigo, na medida em que a dessemelhança entre os dois sistemas reside no fato

de um [sistema filosófico] ser uma aplicação radical da reforma ortográfica em sentido fonético ou fonetizante, ao passo que o outro [simplificado], dispensando embora uma parte significativa das marcas etimológicas, contrárias ao princípio fonético, não envereda, todavia, pela solução radical (Gonçalves, 2003, p. 40-41).

Assim, se pensarmos que <não> veio de <non> latino, seria mais esperada a opção pela forma <nam> por parte de Almeida, e não de Verney, o que comprova que essas decisões dos autores refletem, antes de qualquer coisa, convenções gráficas arbitrárias

e não sujeição ou obediência estritas aos princípios dos sistemas aos quais os associa Gonçalves (2003, p. 92). Para mais, a autora, sobre os dois, afirmará em outra passagem: “ambos praticantes de sistemas gráficos próprios, fortemente fonetizantes”.

Resgatamos essas soluções dos dois escritores seguindo de perto dois trechos de Gonçalves (2003), a saber: “entre os cultores das grafias <aão> e <oem> contam-se Verney (*apenas a segunda delas*) e o oratoriano P.<sup>e</sup> Teodoro de Almeida” (Gonçalves, 2003, p. 92, grifo nosso); e

[...] toda a sua [de Verney] argumentação visa justificar a supressão definitiva da grafia <aão>, do til em especial, em benefício de sua concorrente <am>, quer em sílaba tônica, quer em átona, prática adoptada no particular sistema gráfico do autor, presente também na *Gramatica Latina*, escrita em português” (Gonçalves, 2003, p. 93).

Tudo isso justifica, portanto, o que, sobre a ortografia da língua portuguesa, atesta Tavani (1987, p. 201):

A questão da ortografia é um dos capítulos mais atormentados da história linguística portuguesa. Ao contrário do espanhol, que nos fins do século XV encontrou em Nebrija o seu codificador tanto da grafia como da gramática, e mesmo do italiano que, após diversas vicissitudes, acabou por receber forma gráfica definitiva entre o século XVII e XVIII, o português manteve até ao princípio do século em que estamos [século XX] uma grafia tradicional inspirada em etimologias um tanto arbitrarias. Esta conservação, agravada pela tendência dos escritores para forjar ortografias individuais, deu origem a confusões de monta; e ainda hoje, a despeito das numerosas reformas que se sucederam em setenta e seis anos, não estamos em condições de dizer que a situação se tenha tornado absolutamente clara.

E, como prenunciado no primeiro parágrafo desta seção 2, a situação se complexifica sobremaneira no Brasil<sup>9</sup>, devido, dentre outros fatores, à pobreza e a exploração que marcavam sua condição de colônia portuguesa. Houaiss (1985), em citação amplamente conhecida – e às vezes vista com cautela por alguns pesquisados devido à falta de remissão a fontes que a embasem – afirma, sobre o início do século XIX, o seguinte:

---

<sup>9</sup> Morais de Melo (2018, p. 99-103) faz um recompilado mais detalhado desse quadro social a partir de relatos regionais – da Bahia, de São Paulo e do estado berço dos documentos que ele analisa, o Rio Grande do Norte, com o intuito reforçar a situação do país.

nos albores do século XIX, afinal de contas, para 3,5-4 milhões de habitantes, não haveria mais de 18-20 mil (0.5%) letrados, que constituíam parte da classe dirigente e dominante, e parte dos “assessores” intelectuais dessa classe – como escritores agregados, escrevães, escreventes, escriturários, correspondentes e clero. O analfabetismo ainda grassava entre senhores da terra e seus familiares (Houaiss, 1985, p. 131).

No século anterior, certamente a situação era mais grave. E concernente à cautela que por vezes se tem sobre o asserto, acreditamos que este se legitima quando associado a outros depoimentos que assinalam o mesmo panorama, como o de Fausto (2013) a respeito dos anos finais dos Oitocentos. Ligando-se as duas pontas (os albores descritos por Houaiss e a as décadas finais, por Fausto), não parece haver ruído, disparidade, senão uma conexão coesa e lógica.

Os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área. Em 1872, entre escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total, sem excluir crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 16,85% da população entre seis e quinze anos frequentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e a gente com educação rudimentar (Fausto, 2013, p. 202).

Acerca da educação, Marcilio (2005 *apud* Oliveira *et al.*, 2009, p. 606) afirma que a situação do ensino no Império era “de penúria e degradação”, ao que Oliveira *et al.* (2009, p. 606) acrescentam: “O professor tinha em geral baixa formação técnica e ensinava em condições absolutamente precárias, sem exemplares de textos escritos e sem papel para escrita dos alunos”.

Consecutivas dessa tela de privação são duas situações instigantes que Batista (2005) aduz e que serão retomadas no tópico 3 deste artigo. A primeira circunstância origina-se imediatamente da falta de livros “até meados do século XIX”, conforme, diz o autor, “afirmam historiadores da educação brasileira” (Batista, 2005, p. 87), e concernia ao uso de “textos manuscritos, elaborados pelos próprios professores”, fazendo “cartas, ofícios e documentos de cartórios [...] as vezes de material de aprendizagem de leitura e escrita” (Peromm, 1974 *apud* Batista, 2005, p. 87).

A segunda situação é ulterior e deriva da primeira, isto é, desse estado de disseminação de manuscritos no ensino das primeiras letras no Brasil: “Ao longo do

século XIX, entretanto, observa-se um fenômeno estranho: à medida que os livros em letra de forma se tornam mais presentes, o manuscrito não é expulso das salas de aulas” (Batista, 2005, p. 87). É nesse tom revelador que introduz o autor a curiosa discussão sobre esses livros impressos compostos por textos manuscritos, os “paleógrafos ou livros de leitura manuscrita”, que tiveram “um longo ciclo de vida, de aproximadamente sessenta anos, iniciando provavelmente na década de 1840 e concluído, também provavelmente, na primeira década do século XX, *pelo menos*” (Batista, 2005, p. 89, grifo nosso).

Infelizmente o quadro da educação brasileira continuou bastante deficitário por todo o século XX, conquanto revelasse certa melhoria à medida que assomava à nova centúria:

Entre 1890 e 1920, há um salto relativo na escolarização no Brasil. Dados estatísticos informam que chegamos à 2ª década do século XX com 25% de escolarização (Ilza Ribeiro 1999). A situação atual mostra que menos de 20% da população brasileira atingem o 2º grau de escolaridade. Persiste o “abismo”, uma vez que, nos anos 1990, apenas cerca de 10% da população brasileira alcançam o nível de ensino superior (Mattos E Silva, 2004, p. 130-131).

No próximo tópico, recuperamos parte do que foi exposto nestas veredas plurais do mundo lusófono para pensar nas potencialidades e nas ressalvas merecem atenção no que respeita à utilização dos tratados em pesquisas direcionados à (orto)grafia de sincronias passadas, especialmente no Brasil. Assim, costuramos as três seções deste estudo em rumo às considerações finais.

## **Dos tratadistas em pesquisas de Grafemática Histórica**

Vimos que, até o século passado, não existia para o mundo lusófono, como foi para o mundo hispânico a RAE desde o século XVIII, um órgão regulador das questões linguísticas e, o que é mais importante para esta discussão, um órgão que tivesse prestígio social e cujas decisões pesassem, ao menos em alguma medida (a difusão da escolaridade, mesmo em outras sociedades mais avançadas no que toca à promoção da educação, tampouco era alta nesses séculos), sobre os usos gráficos dos indivíduos letrados, o que dimanaria forçosamente de algum tipo de contato do utente com os manuais por essa entidade publicados, contato proporcionado pela escola ou por qualquer outra agência ou mesmo evento de letramento. E, mesmo se tivéssemos uma situação minimamente resolvida tocante a um padrão regulamentador para a língua escrita, ainda assim seus efeitos esbarrariam com a série de óbices anteriormente delineados: as escolas atendiam a uma minoria quase nula da população geral;

essa minoria letrada eram os da classe dominantes e os profissionais da escrita; esses profissionais da escrita possivelmente também eram frutos do sistema escolar; esse sistema escolar funcionava sem professores qualificados e muitas vezes sem papel para o treino da escrita, sendo os manuscritos um dos únicos materiais a que se podia recorrer para o ensino das primeiras letras; mesmo com a chegada dos livros, já pela segunda metade do século XIX, os manuscritos – agora impressos em livros, os paleógrafos – continuaram exercendo seu papel no processo de ensino da língua.

Considerando-se, portanto, o que foi levantado até aqui – a aridez do chão brasileiro no que diz respeito à alfabetização, ao acesso à educação e à circulação de livros, especialmente nos ambientes escolares; a ausência de uma agência normatizadora ou de uma proposta única de prestígio até o século XX; a pluralidade (em quantidade e orientação) de obras metalinguísticas e metaortográficas que conviviam desde o século XVI, e que vão se tornando gradativamente abundantes e profusas com o passar dos séculos –, acreditamos não haver fundamento que resguarde a utilização dos manuais metaortográficos em análises grafemáticas nas pesquisas de Linguística Histórica se esse uso tiver o intuito de justificar certos usos ou de desautorizá-los. Afinal, como se garante – numa profusão tamanha de materiais metaortográficos e num terreno nada poroso, como o brasileiro, para a educação – que certa obra efetivamente esteve por trás dos usos gráficos que de determinado punho emanou?

Além disso, surge outra pergunta ao se elegerem dois ou três ortógrafos ou tratadistas para embasar determinada investigação: por que eles e não outros? A ausência de uma resposta pode ser lida como arbitrariedade. Mas será que uma resposta dada – que poderia ser de qualquer sorte, como a de que elas são as obras mais conhecidas (o que, em todo caso, abriria escusa para outras questões: mais conhecidas em que período e como averiguá-lo; mais conhecidas por quem; se pelo escrevente dos documentos analisados, como comprová-lo; se pelo fazedor da pesquisa, que impacto isso tem para que dada obra sirva de parâmetro para os usos gráficos em mira; etc.) ou obras a que se pôde ter acesso ou as obras que foram utilizadas em outras pesquisas – reverteria a situação? Acreditamos que não. Acreditamos que, pelo painel apresentado ao longo deste trabalho, continuaria sendo infrutífero atrelar os usos gráficos do passado ao preceituário de uma dada obra metalinguística.

Não se discute aqui a importância dos tratadistas nem seu potencial para uma pletera de finalidades no campo dos estudos da linguagem e de outras áreas do conhecimento. A densidade e o tamanho da empreitada de Gonçalves (2003) – que se tornou uma obra de referência sobre o assunto – já bastariam para provar a relevância dessas fontes. Mesmo assim, copiamos duas passagens da autora, a primeira retirada da introdução e a outra da conclusão de seu livro, para reforçar essa riqueza. Ela estatui que o estudo das ideias ortográficas permite uma aproximação de um “corpo doutrinal, isto é, um aparelho conceptual e terminológico específico, associado quer ao ‘ideário’ ou reflexão sobre a língua numa dada época, quer a dados de ordem social, política e, *lato sensu*, cultural” (Gonçalves, 2003, p. 15-16) e também propicia

um acercamento de “distintas *formae mentis*: do humanismo renascentista até aos prelúdios do racionalismo” (Gonçalves, 2003, p. 923). Destarte, o que se pretende aqui é ventilar problematizações e ponderações, na esteira do que foi evidenciado nas seções anteriores, a respeito do emprego dessas fontes na seara da Grafemática Histórica sempre que esse uso tente aproximar, numa lógica de causa-efeito, obras específicas às realizações gráficas. As veredas plurais do mundo lusófono descritas até aqui não favorecem esse tipo de aproximação.

Uma demonstração de questionamentos que deveriam surgir ao se propor essa correspondência pode ser dada através do excerto cogitabundo de Morais de Melo (2018). Nele, o autor, partindo de uma das cartas oficiais norte-rio-grandenses, tece um sem-fim de perguntas cujas respostas dificilmente podem ser obtidas:

Tomemos uma carta oficial de nosso corpus, a carta C48, por exemplo, escrita na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, em 1806, 72 anos após a publicação do tratado de Feijó. Será que os louros outorgados, segundo testemunhos, à obra garantem que ela tenha chegado ao Brasil? Certamente chegou, mas quando, como, onde e por onde circulou? Terá participados das agências de letramentos que parcamente engatinhavam no Brasil no início do século XIX: das mesas escolares/escolas em que quase não havia papel; das lições daqueles que tiveram seus tutores particulares e aprenderam suas primeiras letras em casa; dos professores, esses agentes de letramento muitas vezes com vacilante qualificação? Terá chegado ao Rio Grande do Norte? Terá aprendido as primeiras letras o capitão-mor do Rio Grande do Norte à época, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, autor intelectual da carta, no Estado? Terá sido o próprio José Francisco de Albuquerque quem a escreveu?

Caso não o tenha sido, replicamos as mesmas perguntas para o escrevente do documento. Independentemente de onde tenha o redator da C48 aprendido a ler e escrever, terá participado dessa formação a obra de Feijó? Se sim, terá sido uma ação direta, tendo José de Albuquerque tido contato com ela, ou indiretamente, porque seus tutores/professores a leram? Em vez da obra de Feijó, não terá servido de modelo para esse processo de alfabetização e de aperfeiçoamento na língua escrita alguma outra dentre as 78 obras listadas por Gonçalves para o século recém terminado quando da C48, o século XVIII? Não poderá ter servido ainda alguma obra metaortográfica dos outros passados: 26 do século XVII e 21 do século XVI. Mesmo com um total de 125 obras publicadas antes da data em que a C48 foi escrita, terá sido alguma delas atuante no processo de letramento ou terá sido algum manuscrito ou dicionário ou paleógrafo? (Morais de Melo, 2018, p. 114-115).

Em não sendo respondidas, todas essas questões comprometem e fragilizam demasiado qualquer comparação entre usos gráficos e tratadistas que tenha o intuito de utilizar os preceitos divulgados nas obras metalinguísticas para justificar ou criticar as realizações identificadas nos documentos analisados. Usos que não estejam consoante certa(s) obra(s) selecionada(s) (insistimos: selecionadas por quais razões?) em dada pesquisa podem estar conforme as resoluções de qualquer outro parâmetro: um impresso, manuscrito ou paleógrafo, consoante um mosaico de resoluções retiradas conscientemente de diferentes fontes, segundo os usos gráficos aos quais o *scriptor* foi exposto com certa regularidade ou não (o que implica, igualmente à hipótese anterior, um processo de mosaicismo, neste caso, porém, potencialmente inconsciente, talvez). Se considerarmos que esse tipo de julgamento pode valer, em alguma proporção, até para o mundo hispânico, que contava com o crédito e a preponderância da RAE desde o século XVIII, para o domínio lusófono, e especificamente para o Brasil, então, arraigado em toda a conjuntura de carência social e educacional, esse tipo de crítica/cuidado é necessário.

A única contraparte que, a nosso ver e seguindo essa lógica, salvaguardaria e convalidaria esse tipo de colação entre tratadistas e usos gráficos seria a existência de pesquisas que mapeassem a recepção das obras metaortográficas na sociedade, estando a salvaguarda e a convalidação mais estáveis à medida que se fosse frutificando – e numa necessária rede de pontos diatópica – a consumação de empreendimentos nesse sentido. O cenário, entretanto, não é alentador, conforme indicia a voz que, nessa seara, talvez seja a de maior gabarito, a própria Gonçalves (2003). Antes de iniciar a revista às regras de João de Franco Barreto (1671), a professora sublinha um aspecto distintivo desse autor, “a explícita identificação das fontes citadas ou reivindicadas por Barreto”, o que julga de extrema relevância devido “à reduzida ocorrência deste tipo de informação nos outros ortografistas e gramáticos, mas também à variedade e concretização das referências bibliográficas” (Gonçalves, 2003, p. 871). E, desenvolvendo sua ideia, reconhece:

Mesmo sem avançarmos no domínio da recepção das ideias metaortográficas em Portugal, *assunto de difícil aplicação a todas as obras aqui compulsadas*, tanto mais que nem todas se revelam ideologicamente interessantes ao ponto de merecerem um estudo aturado deste tipo, no caso da *Ortografia* barretiana vale a pena, ainda assim, referir algumas das cento e sessenta autoridades mencionadas ou citadas por João Franco Barreto [...] (Gonçalves, 2003, p. 871, grifos nosso).

De resto, a comparação entre usos gráficos com os preceitos veiculados pelas obras dos tratadistas pode ser fecunda ao trilhar outros caminhos em busca de outros fins. Seria possível, por exemplo, estabelecer um confronto para se controlar como/ em que proporção as orientações deixadas pela obra y ou z aparecem no texto cujos

usos gráficos estejam em exame, devendo-se, não obstante, ter a consciência de que as mesmas orientações podem ter sido dadas por uma série de outras obras e que, portanto, o índice de uso de determinada solução gráfica não retrata, necessariamente, certo grau de observância ou de desacato ao que estatui a dita obra y ou z, mas à determinada variante grafemática que acabou integrando o feixe de recomendações contidas no material metaortográfico elegido para a pesquisa e que indubitavelmente também participa dos nortes que outras obras preceituam. De toda forma, ainda entendemos que, para interpretações mais exatas, o resultado da acareação deve ser mensurado em função das opções gráficas, e não do conjunto de um manual específico.

Contribuições maiores para fundamentar a apreciação das realizações grafemáticas partindo-se dos tratadistas só adviriam, a rigor, se acompanhadas de um estudo em que se pudesse mapear a recepção das obras, o que, segundo o fragmento destacado da passagem supracitada de Gonçalves (2003), já seria complicada em Portugal, local de produção da grande maioria delas, e que seria ainda mais dificultoso para as regiões brasileiras por todas as razões já comentadas. E essa dificuldade se potencializa quando se leva em conta que, para a sondagem da recepção, seria preciso identificar o autor que redigiu as composições, controle de imensa complexidade pelo intrincado jogo de punhos que encerra, como ilustram as categorias discriminadas por Gonçalves e Ferreira (2001, p. 485-486):

Um documento qualquer é escrito de uma entre as várias formas:

1. uma mesma pessoa, doravante chamada *autor intelectual* o pensa e escreve;
2. o autor intelectual o pensa e rascunha, e outra, doravante *escriba*, o passa a limpo;
3. o autor intelectual o dita ao escriba;
4. o autor intelectual o dita a um primeiro escriba, que o rascunha, e um *escriba final* o passa a limpo;
5. o autor intelectual o pensa e rascunha, um primeiro escriba o passa a limpo, e um escriba final o copia.

Nos dois últimos casos, o processo de cópia pode continuar indefinidamente, a depender do interesse suscitado pelo texto.

Para fechar esses fatores complicadores, os autores ainda declaram um agravante: “Essas no máximo três pessoas (*autor intelectual*, *primeiro escriba*, *escriba final*) podem ser identificadas ou não, e, uma vez identificadas, podem ou não ter seu local de nascimento e criação (se não forem os mesmos) conhecidos” (Gonçalves; Ferreira, 2001, p. 486). Essa incerteza na obtenção da nacionalidade, revestida por toda a complexidade com que a prática da escrita se munia na esfera pública daquele então, testemunha Mattos e Silva (2002) em vários trabalhos relacionados ao PHPB e perpassa praticamente todas os séculos do português, desde o arcaico:

No que se refere ao período arcaico, a documentação não-literária de natureza jurídica, sobretudo a nota – isso é aplicável ao longo da história do português – permite responder com precisão o *quando*, o *onde*, já que são documentos datados e localizados; são também indicados nesse tipo de texto o *quem* e o *para quem* embora não se possa recuperar, na grande maioria das vezes, o perfil biográfico, tanto do emissor quanto do receptor (Mattos e Silva, 2002, p. 21).

No mesmo artigo, a autora também expõe o resultado do empenho pelo achado de informações biográficas dos autores das cartas baianas setecentistas. Mattos e Silva (2002, p. 25) informa que “dos 27 remetentes, dois são brasileiros, um é português e outro ‘vereador em Salvador’, não mais, ficando 24 dos 27 remetentes com a nacionalidade obscurecida”. A esses relatos, podemos acrescentar um último. Ribeiro e Rebouças (2002), narrando os procedimentos para a constituição do corpus das cartas da Santa Casa de Misericórdias, acerca da identificação dos remetentes diz: “Após a transcrição e revisão de toda a correspondência, passou-se, então, à tentativa de identificar os remetentes e suas respectivas funções. Esta fase durou aproximadamente um ano e foi a parte mais árdua de todo o trabalho” (Ribeiro; Rebouças, 2002, p. 51).

## Considerações finais

Em nossas reflexões observamos um painel cartográfico do mundo lusófono no tocante ao surgimento, já no século XVI, de obras metalinguísticas de intenção preceptiva, numa esfera de veredas plurais, que se foram multiplicando profusamente com o passar dos séculos. O sucesso editorial e a boa recepção de obras metaortográficas e gramáticas parece não ter sido exclusividade da *Orthographia*, de Feijó, como pudemos observar. Observou-se a existência, na língua portuguesa, frente à ausência de uma agência modelar e influenciadora para todo o território lusófono, de uma multiplicidade de propostas coabitando em todos os momentos históricos da língua portuguesa a partir de 1536 com a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira. Cada tratadista pode, na escrita de textos de sincronias passadas, ter sido convocado, de modo que manuscritos da mesma época podem ter seguido uma obra e não outra, o que confere uma variedade de soluções e/ou tendências gráficas concorrendo para a escrita de um documento em um momento concreto da história da língua.

Em face de tais fatores, proceder a uma perscrutação acerca da recepção de uma obra metalinguística é, por si só, uma tarefa altamente custosa com pontos de inexecutabilidade e realizá-la a fim de se atingir a ponta, isto é, o verdadeiro responsável pela confecção de um documento, beira, quando não o inatingível, certamente uma tarefa que requer um trabalho árduo, a várias mãos e quase praticamente inviável.

Levando-se a questão ao extremo rigor, só por meio de um grande número de informações quase incognoscíveis se poderiam contrapor usos gráficos ao preceituário metaortográfico de modo a sopesar aqueles por intermédio deste. Sem acesso a esses dados, a comparação corre o risco de, ainda que curiosa, tornar-se linguisticamente infundado e contingente.

## Referências

- ASSALIM, Clarice. *A conservação de marcas gramaticais arcaicas em manuscritos e impressos do português do século XVII: ortografia e nexos de coordenação nos textos seiscentistas brasileiros*. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro - volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 421-431.
- BATISTA, Antônio Augusto. Papéis velhos, manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL), 2005. p. 87-116.
- BLECUA, José Manuel; GUTIÉRREZ, Juan; SALA, Lidia (org.). *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*. Bogotá: Ediciones Universidad Salamanca; Instituto Caro y Cuervo, 1998.
- CATACH, Nina. *Les délires de l'orthographe*. Paris: Plon, 1989.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- CONTRERAS, Lidia. *Ortografía y grafemática*. Madrid: Visor, 1994.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- ELIZAINCÍN, Adolfo; MALCOURI, Marisa; COLL, Magdalena. Grafemática Histórica: seseo y yeísmo en el Río de la Plata. In: BLECUA, José Manuel; GUTIÉRREZ, Juan; SALA, Lidia (org.). *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*. Bogotá: Ediciones Universidad Salamanca; Instituto Caro y Cuervo, 1998. p. 75-82.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentistas em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Colaboração de Sérgio Fausto. São Paulo: Edusp, 2013.
- FRAGO GRACIA, Juan Antonio. *Textos y normas: comentarios lingüísticos*. Madrid: Gredos, 2002.

GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734–1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

GONÇALVES, Uilton dos Santos; FERREIRA, Permínio Souza. Aventura no reino das traças: contribuindo para uma história linguística da Bahia. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2001. v. II, t. II, p. 483-504.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.

HOUAISS, Antônio. *O português brasileiro: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

LIMA, Maria Hozanete Alves de; MORAIS DE MELO, Felipe. Reflexões metaortográficas às margens do romance “A mais encantadora mulher” (1903), de Gonzaga Filho. *Revista do GELNE, [S. l.]*, v. 23, n. 2, p. 29-46, 2021.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de corpora para o Projeto Para história do português brasileiro. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002. v. 4, p. 17-28.

MONTE, Vanessa Martins do. *Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes*. 2007. 395 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS DE MELO, Felipe. *Nas trilhas da escrita: reedição e análise grafemática das cartas oficiais norte-rio-grandenses (1713–1950)*. 2018. 961 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

OLIVEIRA, Marilza et al. Perfil das escolas: fins dos XIX e início do XX. In: AGUILERA, Vanderci (org.). *Para a história do português brasileiro volume VII: Vozes, veredas, voragens*. Londrina: EDUEL, 2009. t. II, p. 601-630.

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. Algunas notas sobre los usos gráficos del español escrito en Bolivia en los inicios del siglo XIX. *Boletín de la Real Academia Española, [S. l.]*, t. XCV, Cuaderno CCCXII, jul./dic. 2015a.

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. Algunos apuntes para la historia de la acentuación gráfica en español: el caso de Nicaragua en el siglo XVIII. In: DÍAZ MORENO, Rocío; ALMEIDA CABREJAS, Belén (org.). *Estudios sobre la historia de los usos gráficos en español*. Lugo: Axac, 2014. p. 155-165.

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. La muerte de una letra: empleo y decadencia de la en la escritura del español (siglos XVI-XVIII). *Diálogo de la Lengua, [S. l.]*, v. VII, p. 22-35, 2015b.

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. Notas sobre las tendencias gráficas del español colombiano en la época de las independencias (1830). In: RAMÍREZ LUENGO, José Luis. *Por sendas ignoradas: Estudios sobre el español del siglo XIX*. Lugo: Axac, 2012. p. 167-182.

RIBEIRO, Ilza; REBOUÇAS, Soraia. As cartas da Santa Casa de Misericórdia – 1860 a 1863. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (org.). *Para a história do Português Brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2002. v. IV, p. 49-60.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Grafemas e diacríticos em manuscritos setecentistas. Sobre o retorno à Filologia, diacronia e outros estudos. *CiFEFiL*, Rio de Janeiro, v. 10, 2003. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/anais/anais\\_360.html](http://www.filologia.org.br/anais/anais_360.html). Acesso em: 14 mar. 2017.

SILVA, Maurício. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Vilma de Fátima Diniz de. *Estudo do sistema ortográfico: uma análise descritivo-comparativa em documentos históricos do século XIX em São Luís do Maranhão*. 2011. 340 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

TAVANI, Giuseppe. Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (org.). *A demanda da ortografia portuguesa: comentário do Acordo de 1986 e susídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu*. Lisboa: João Sá da Costa, 1987. p. 201-203.

TONIOLO, Ênnio José. *Manuscritos da Vila Nova de Castro: um estudo filológico de documentos dos séculos XVIII e XIX*. 2007. 433 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

VACHEK, Josef. *Written language revisited*. Selected, edited, and introduced by Philip A. Luelsdorff. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.